

Despacho n.º 11091/2017

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, nos números 1 a 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º, todos do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo, para exercer as funções de motorista no meu gabinete, Cláudio Renato Bidarra Caldas, assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos desde dia 21 de outubro até 2 de novembro de 2017.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

9 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Tavares Neves.

ANEXO

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Cláudio Renato Bidarra Caldas;
Data de nascimento: 1 de abril de 1975.

II — Formação académica:

Escolaridade: 12.º ano.

III — Percurso profissional:

De dezembro de 2015 a outubro de 2017 — A exercer funções de motorista no Gabinete da Ministra da Administração Interna — XXI Governo Constitucional;

Janeiro de 2015 até dezembro de 2015 — Motorista do senhor Inspetor-geral Diplomático e Consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Março de 2013 a dezembro de 2014 — Motorista da senhora Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Dezembro de 2011 a março de 2013 — Motorista do senhor Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Almeida Ribeiro;

Agosto de 2008 a dezembro de 2011 — Motorista do senhor Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Vasco Valente;

Dezembro de 2006 a agosto de 2008 — Motorista no Gabinete de apoio ao senhor Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Fernando Neves;

Novembro de 2004 a novembro de 2006 — Condutor do diretor, da Direção de Administração e Mobilização do Pessoal — DAMP — Exército — MDN, senhor General Formeiro Monteiro;

Janeiro de 2002 a setembro de 2003 — Condutor no Estado-Maior do Exército, Gabinete do General Chefe;

Março de 2001 a agosto de 2001 — condutor na Presidência da República ao serviço do senhor General Goulão de Melo, porta-voz do Conselho de Defesa Nacional;

Janeiro de 2000 a dezembro de 2000 — Condutor no Batalhão do Serviço de Transportes — BST;

Abril de 1997 a novembro de 1999 — Condutor do Inspetor-Geral do Exército — IGE, senhor General Sousa Neves e senhor General Rocha Lisboa.

IV — Formação profissional:

Curso de formação de condutores de categoria D e E, 8/5/2001;

Curso de formação de condutores de categoria C, 2/4/1997;

Curso de Qualificação Mecatrónico Auto — (1500h);

Formação Profissional — Inglês para Atendimento — (25h);

Curso de Excel 7.0 — (15h);

Curso Formação Profissional — UFCD — Aplicações Informática na Ótica do Utilizador — (25h);

Formação em Competências Básicas em Tecnologias da Informação;

Estágio de atualização de conhecimentos em microinformática (MS-Word, MS-Outlook, Internet Explorer);

Ação de Sensibilização em Matérias de Informação — SIRP.

310931836

Despacho n.º 11092/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo o capitão Jorge Castelo Barbosa, da Guarda Nacional Republicana, para exercer funções de Adjunto no meu Gabinete.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, e pelo orçamento do meu gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

3 — Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 21 de outubro de 2017.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

9 de novembro de 2017. — O Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Tavares Neves.

Nota Curricular

I — Dados Pessoais:

Nome: Jorge Castelo Barbosa;
Data de nascimento: 28 de julho de 1983;
Naturalidade: Portugal.

II — Formação Académica:

Licenciatura em Ciências Militares — Academia Militar (2002/2007).

III — Percurso profissional:

Instrutor no curso de formação de militares da GNR;
Comandante de Pelotão e Companhia do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro/GNR;

Comandante do Destacamento Territorial da GNR;
Técnico Especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna (2016/2017).

IV — Outros Cursos:

Curso de Operações de Socorro — ISLA/ANAFS;
Curso de Urban Search and Rescue — ISLA/ANAFS;
Curso de Trânsito — GNR.

310931058

JUSTIÇA**Direção-Geral da Administração da Justiça****Despacho (extrato) n.º 11093/2017**

Por despacho do Subdiretor-Geral da Administração da Justiça de 21 de novembro de 2017:

Fátima da Silva Santos Rocha, Escrivã Auxiliar do Núcleo de Oliveira de Frades, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar, do Núcleo de Viseu, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu.

Ana Maria Pereira da Silva, Escrivã Auxiliar do Núcleo de Viseu, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar, do Núcleo de Oliveira de Frades, da Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu.

Prazo para início de funções: 2 dias

27 de novembro de 2017. — O Diretor de Serviços, Lourenço Torres.
310958218

Direção-Geral da Política de Justiça**Aviso n.º 15219/2017**

Recrutamento de 2 Técnicos Superiores (m/f), para o exercício de funções em regime de mobilidade na categoria, para a Divisão de Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

Torna-se público que, a Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar 2 Técnicos Superiores (m/f), com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para o exercício de funções na Divisão de Estatística da Justiça da mesma Direção-Geral, em regime de mobilidade na categoria, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do

Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, de acordo com os requisitos a seguir discriminados:

I — Requisitos de admissão:

- a) Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b) Ser detentor/a da carreira/categoria de Técnico Superior.

II — Caracterização do posto de trabalho a ocupar:

Incumbe à Divisão de Estatísticas da Justiça o desenvolvimento das competências constantes do Despacho n.º 16290/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247, de 21 de dezembro de 2012.

III — Perfil pretendido:

- a) Ser detentor/a de Licenciatura em Direito, Estatística, Gestão de Informação ou em áreas análogas;
- b) Conhecimentos dos serviços e organismos que integram o Ministério da Justiça;
- c) Experiência na recolha, análise, apuramento e difusão de dados estatísticos;
- d) Experiência na utilização de ferramentas informáticas de apresentação de dados estatísticos;
- e) Experiência na utilização de folhas de cálculo;
- f) Experiência na participação em reuniões nacionais e internacionais em representação do Estado Português;
- g) Capacidade para trabalhar em equipa.

IV — Local de trabalho:

Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, sita na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3, Campus da Justiça, 1990-097 Lisboa.

V — Prazo e forma de apresentação de candidaturas:

Os interessados/as deverão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de publicação do presente Aviso, enviar requerimento com a menção expressa da modalidade de relação jurídica que detém, da carreira/categoria, da posição e nível remuneratórios, e o respetivo montante remuneratório, acompanhado de *Curriculum Vitae* atualizado, datado e assinado, mencionando como referência/assunto “Recrutamento por mobilidade”, dirigido a:

Diretora-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
Avenida D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 1/2/3
Campus da Justiça
1990-097 Lisboa

VI — Remuneração:

Nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2017, foram prorrogados os efeitos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, pelo que o pagamento da remuneração é efetuado pela posição remuneratória correspondente à situação jurídico funcional de origem em que o trabalhador se encontra.

VII — Métodos de Seleção:

A seleção dos candidatos será efetuada com base na análise curricular, podendo ser complementada com uma eventual entrevista profissional de seleção.

A referida análise curricular tem carácter eliminatório, apenas os candidatos pré-selecionados serão contactados para a realização da referida entrevista profissional de seleção.

Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone 21 7924000/ Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

23 de novembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
310958445

CULTURA

Direção Regional de Cultura do Norte

Despacho n.º 11094/2017

Por ter atingido o seu termos, nos termos do disposto do artigo 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino a cessação de funções da Dra. Celina Bárbaro Pinto, do mapa de pessoal da Direção Regional

de Cultura do Norte, para o qual foi nomeada, mediante Despacho n.º 14223/2014 em 11 de novembro de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, em 26 de novembro de 2014.

Nos termos do artigo 24.º n.º 3 da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na sua redação atualizada, as funções são asseguradas em regime de gestão corrente pela Dra. Celina Bárbaro Pinto.

O presente despacho produz efeitos a 12 de novembro de 2017.

27 de novembro de 2017. — O Diretor Regional de Cultura do Norte,
Doutor António Ponte.

310959758

Despacho n.º 11095/2017

Por ter atingido o seu termos, nos termos do disposto do artigo 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino a cessação de funções da Dra. Ana Maria Afonso, do mapa de pessoal da Direção Regional de Cultura do Norte, para o qual foi nomeada, mediante Despacho n.º 13289/2014 em 22 de outubro de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, em 3 de novembro de 2014.

Nos termos do artigo 24.º n.º 3 da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na sua redação atualizada, as funções são asseguradas em regime de gestão corrente pela Dra. Ana Maria Afonso.

O presente despacho produz efeitos a 4 de novembro de 2017.

27 de novembro de 2017. — O Diretor Regional de Cultura do Norte,
Doutor António Ponte.

310959766

Despacho n.º 11096/2017

Por ter atingido o seu termo, nos termos do disposto do artigo 25.º n.º 1 alínea a) da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino a cessação de funções da Dra. Maria Isabel Cunha e Silva, do mapa de pessoal da Direção Regional de Cultura do Norte, para o qual foi nomeada, mediante Despacho n.º 13415/2014 em 27 de outubro de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 214, em 5 de novembro de 2014.

Nos termos do artigo 24.º n.º 3 da Lei n.º 2/2004, de 15.01, na sua redação atualizada, as funções são asseguradas em regime de gestão corrente pela Dra. Maria Isabel Cunha e Silva.

O presente despacho produz efeitos a 2 de novembro de 2017.

27 de novembro de 2017. — O Diretor Regional de Cultura do Norte,
Doutor António Ponte.

310959806

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Direção-Geral do Ensino Superior

Despacho (extrato) n.º 11097/2017

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por meu despacho exarado em 24/10/2017, se procedeu à integração do trabalhador António Alberto Morgado Rocha, no mapa de pessoal da Direção-Geral do Ensino Superior, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, ficando o trabalhador posicionado entre a 8.ª e 9.ª posição remuneratória e o nível remuneratório 8 e 9 da carreira/categoria de assistente operacional, com produção de efeitos a 1 de junho de 2017.

25 de outubro de 2017. — O Diretor-Geral do Ensino Superior,
Prof. Doutor João Queiroz.

310959093

Despacho n.º 11098/2017

A atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior é regulada pelo Despacho n.º 8442-A/2012 (2.ª série), de 22 de junho, retificado pela declaração de retificação n.º 1051/2012 (2.ª série), de 14 de agosto, e alterado pelos despachos n.os 627/2014 (2.ª série), de 14 de janeiro, 10973-D/2014 (2.ª série), de 27 de agosto, 7031-B/2015 (2.ª série), de 24 de junho, e 5404/2017 (2.ª série), de 21 de junho, que republica.

Prevê a alínea b) do n.º 1 do artigo 50.º do Despacho n.º 8442-A/2012 (2.ª série), de 22 de junho, sucessivamente alterado, que a decisão sobre os requerimentos de atribuição de bolsa de estudo, no caso dos estabelecimentos de ensino superior privado, compete ao diretor-geral do Ensino Superior.